



## Questões – Direito Ambiental

JUIZ SUBSTITUTO FCC - 2015 – TJ- SC

### QUESTÃO 1

Determinado Estado da Federação possui uma legislação sobre flora. A União, após intenso debate legislativo, trouxe em lei federal normas gerais sobre a mesma matéria tratada na lei estadual. A lei estadual:

- A) fica revogada no que for contrário à legislação federal superveniente.
- B) está automaticamente revogada.
- C) pode ser revogada pelo Poder Legislativo Estadual.
- D) continua em vigor, mesmo os dispositivos que sejam contrários ao texto da lei federal.
- E) fica com a eficácia suspensa no que for contrário à legislação federal superveniente.

E

## QUESTÃO 2

Um pesquisador desenvolveu uma técnica de cultivo de ostra pela qual a produção aumenta em 75%, trazendo, assim, real ganho econômico ao produtor. A nova técnica exaure os recursos naturais necessários ao cultivo da ostra em 30 anos. A nova técnica:

A) poderá ser admitida pelo órgão ambiental, independentemente de prévio Estudo de Impacto Ambiental, por representar aumento de produção ao empreendedor.

B) poderá ser admitida pelo órgão ambiental, desde que haja o licenciamento ambiental da atividade.

C) poderá ser admitida pelo órgão ambiental, desde que o licenciamento ambiental seja conduzido por um Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental.

D) não poderá ser admitida pelo órgão ambiental, uma vez que fere o Princípio do Desenvolvimento Sustentável.

E) não poderá ser admitida pelo órgão ambiental por ferir o Princípio da Taxatividade Ambiental.

**D**

### QUESTÃO 3

Por decisão do representante contratual da Empresa BETA, que produz fertilizante agrícola, alguns funcionários, inclusive o próprio representante contratual, utilizaram espécimes da fauna silvestre em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização, em pesquisa realizada sem o conhecimento da empresa e divorciada de qualquer atividade de interesse ou que pudesse trazer algum benefício, ainda que indireto, para ela. A empresa:

A) poderá ser responsabilizada no campo do direito penal, a depender de outros elementos, uma vez que a conduta praticada é tipificada como contravenção penal.

B) será responsabilizada no campo do direito penal, uma vez que a conduta praticada é tipificada como crime.

C) não será responsabilizada no campo do direito penal.

D) será responsabilizada no campo do direito penal, uma vez que a conduta praticada é tipificada como contravenção penal.

E) não será responsabilizada no campo do direito penal porque o fato é atípico.

**C**

#### QUESTÃO 4

O Meio Ambiente, bem de uso comum do povo, consistente no equilíbrio ecológico e na higidez do meio e dos recursos naturais, é bem:

A) individual homogêneo, indivisível, indisponível e impenhorável.

B) tangível, disponível e impenhorável.

C) coletivo, divisível e indisponível.

D) comum, geral, difuso, indivisível, indisponível e impenhorável.

E) difuso, divisível, indisponível e impenhorável.

**D**

### QUESTÃO 5

O proprietário da Fazenda Santa Rita instituiu uma servidão ambiental, pelo prazo de 05 anos, em área de 150 hectares de sua propriedade dotada de relevante interesse ecológico. Após 02 anos, a fazenda foi desmembrada. A servidão ambiental:

- A) permanecerá sem alteração de destinação durante seu prazo de vigência.
- B) será extinta.
- C) é nula, uma vez que não existe no ordenamento jurídico brasileiro servidão ambiental temporária.
- D) poderá ser mantida a critério dos novos proprietários.
- E) será extinta em um prazo máximo de 01 ano.

**A**

## QUESTÃO 6

A Defensoria Pública, preocupada com uma população carente que reside nas cercanias do novo empreendimento, ajuizou uma ação civil pública pretendendo a declaração de nulidade do licenciamento de uma Indústria conduzido pelo Estado Y, em razão de que, mediante convênio, o Estado Y delegou a execução de ações administrativas relacionadas ao licenciamento para o Município X, o qual dispõe de órgão ambiental capacitado para executar as ações delegadas e de conselho de meio ambiente. A ação deverá ser julgada:

- A) improcedente.
- B) extinta, sem resolução de mérito, por ilegitimidade de parte no polo ativo.
- C) procedente.
- D) extinta, sem resolução de mérito, por ilegitimidade de parte no polo passivo, que é ocupado pelo Estado Y e pelo Município X.
- E) parcialmente procedente apenas para condicionar o licenciamento à previa autorização da União.

**A**

## JUIZ SUBSTITUTO FCC - 2014 – TJ- CE

### QUESTÃO 1

A empresa X pretende instalar uma indústria no Estado Alfa. Tal Estado, contudo, não possui órgão ambiental capacitado ou conselho de meio ambiente. Nesta hipótese, segundo a Lei Complementar nº 140/2011, a competência para conduzir o licenciamento ambiental será:

- A) solidária da União.
- B) supletiva do Município no qual se localizará o empreendimento.
- C) subsidiária da União
- D) solidária do Município no qual se localizará o empreendimento.
- E) supletiva da União.

**E**



## QUESTÃO 2

Determinado Município está com racionamento de água. O Ministério Público Estadual ajuizou uma ação civil pública em face da Associação das Concessionárias de Veículos do citado Município para obrigar os associados a utilizar a lavagem ecológica dos veículos no período de racionamento. Pediu a antecipação dos efeitos da tutela, que deverá ser:

A) deferida, uma vez presentes a plausibilidade do direito e o risco de dano irreparável ou de difícil reparação, com fundamento no princípio da ordem econômica de defesa do meio ambiente.

B) indeferida, porquanto é vedado ao Poder Judiciário interferir na atividade empresarial sem que haja lei expressa autorizando a tutela pretendida.

C) indeferida, diante da livre iniciativa da ordem econômica.

D) deferida com base no venire contra *factum proprium*.

E) indeferida, diante da ausência de risco de dano irreparável ou de difícil reparação.

**A**

### QUESTÃO 3

A Defensoria Pública do Estado do Ceará ajuizou uma ação civil pública em face do Estado do Ceará, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela, para paralisar o licenciamento ambiental de uma rodovia estadual ao argumento de não haver sido considerada uma alternativa locacional apontada pelo EIA RIMA como mais adequada a se preservar a diversidade e a integridade de um importante patrimônio genético em estudo. Como Juiz:

- A) deve ser concedida a tutela antecipada com fundamento no princípio da prevenção.
- B) a ação deve ser julgada extinta, sem resolução de mérito, pela ilegitimidade passiva do Estado do Ceará.
- C) a ação deve ser julgada extinta, sem resolução de mérito, diante da ilegitimidade ativa da Defensoria Pública.
- D) a antecipação dos efeitos da tutela deve ser negada, diante da ausência do *periculum in mora*.
- E) a ação deve ser julgada extinta, sem resolução de mérito, pela impossibilidade jurídica do pedido.

**A**

#### QUESTÃO 4

Uma mineradora pretende exercer sua atividade em determinado local da zona rural do Município Gama. Pela lei de zoneamento deste Município, tal atividade é permitida no local. Contudo, pelo Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado no qual o Município Gama está inserido, a atividade minerária é vedada no local pretendido. Neste caso, a mineradora:

- A) poderá exercer sua atividade se houver expressa autorização do Estado.
- B) não poderá exercer sua atividade até que o Zoneamento Ecológico-Econômico seja declarado inconstitucional por afrontar o zoneamento municipal.
- C) poderá exercer sua atividade, diante da competência constitucional do Município para reger a ocupação de seu território.
- D) não poderá exercer sua atividade, diante da vedação imposta pelo Zoneamento Ecológico-Econômico, que é mais restritivo do que o zoneamento municipal.
- E) poderá exercer sua atividade, diante da ilegalidade do Zoneamento Ecológico-Econômico, que confronta com o zoneamento municipal.

**D**